

## **LEI N.º 2.445, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PARAPUÃ PARA O EXERCÍCIO DE 2009”.**

**ANTONIO ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Orçamento Geral do Município de Parapuã /SP, para o Exercício Financeiro de 2009, Estima a Receita e Fixa a Despesa em **R\$ 9.182.281,50 (nove milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, discriminados pelos anexos desta Lei.

**Art. 2º** - A receita será realizada mediante a arrecadação dos Tributos, Rendas e outras Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo nº 02, da Lei nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.804.606,50</b>
Receita Tributária	461.892,00
Receita de Contribuição	1.050,00
Receita Patrimonial	49.885,00
Receita de Serviços	25.467,00
Transferências Correntes	9.649.633,00
( - ) Dedução para Fundeb	( - ) 1.510.658,50
Outras Receitas Correntes	127.338,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>377.675,00</b>
Alienação de Bens	16.933,00
Transferências de Capital	306.442,00
Outras Receitas de Capital	54.300,00
<b>TOTAL DA RECEITAS</b>	<b>9.182.281,50</b>

**Art. 3º** - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros dos Programas de Trabalho e Natureza de Despesas, que apresentam os seguintes desdobramentos:

## **LEI N.º 2.445, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.**

### **01 – POR ORGÃO DE GOVERNO**

01 – Poder Legislativo	486.000,00
02 – Poder Executivo	8.696.281,50
<b>TOTAL</b>	<b>9.182.281,50</b>

### **02 – POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

01 – Legislativo	411.000,00
04 – Gabinete do Prefeito e Dependências	1.437.367,51
08 – Fundo Municipal de Assistência – F.M.A.S.	544.083,74
09 – Previdência Social	711.693,75
10 – Fundo Municipal de Saúde – F.M.S.	1.775.083,38
12 – Educação	1.671.194,00
13 – Cultura	72.930,37
15 – Serviços Municipais	1.215.506,25
20 – Agricultura	460.734,75
26 – Transportes	467.652,75
27 – Desporto e Lazer	92.610,00
28 – Encargos Especiais	219.525,00
99 – Reservas de Contingência	102.900,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.182.281,50</b>

### **03 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

Despesas Correntes	8.317.148,00
Despesas de Capital	762.233,50
Reserva de Contingência	102.900,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>9.182.281,50</b>

### **04 – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>1 – Poder Legislativo</b>	<b>486.000,00</b>
1.01 – Câmara Municipal	486.000,00
<b>2 – Poder Executivo</b>	<b>8.696.281,50</b>
2.01 – Gabinete do Prefeito e Dependências	313.185,00
2.02 – Administração	266.253,76
2.03 – Finanças	1.817.047,50
2.04 – Fundo Municipal de Assistência Social – F.M.A.S.	473.468,62
2.05 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente	70.615,12

## **LEI N.º 2.445, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.**

2.06 – Fundo Municipal da Saúde – F.M.S.	1.775.083,38
2.07 – Educação	1.396.194,00
2.08 – Cultura	72.390,37
2.09 – Serviços Municipais	1.215.506,25
2.10 – Agricultura	460.734,75
2.11 – Transportes	467.652,75
2.12 – Desporto e Lazer	92.610,00
2.14 – Educação Fundamental – FUNDEB	170.000,00
2.15 – Educação Infantil – Creches – FUNDEB	50.000,00
2.16 – Educação Infantil – EMEI - FUNDEB	55.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.182.281,50</b>

**Art. 4º** - O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as Entidades da Administração Direta, seus Órgãos e Fundos no exercício de 2009, estima a Receita e Fixa a Despesa em **R\$ 2.594.167,12 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, cento e sessenta e sete reais e doze centavos)**, assim discriminados:

### **ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

04 – Fundo Municipal da Assistência Social – F.M.A.S.	473.468,62
05 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	70.615,12
06 – Fundo Municipal da Saúde – F.M.S.	1.775.083,38
14 – Educação Fundamental – FUNDEB	170.000,00
15 – Educação Infantil – Creches – FUNDEB	50.000,00
16 – Educação Infantil – EMEI - FUNDEB	55.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.594.167,12</b>

**Art. 5º** - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

- I- Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da Legislação em vigor,
- II- Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela Legislação em vigor,
- III- Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do Orçamento das Despesas, nos termos da Legislação vigente,
- IV- Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização Legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal,

## **LEI N.º 2.445, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.**

- V- Contingenciar parte das dotações quando a evolução da Receita comprometer os resultados previstos,
- VI- Proceder a abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta de recursos provenientes de arrecadação de convênios não previstos na Receita Orçamentária, desde que respeitados os objetivos e metas da programação do convênio e os programados por esta lei.

**Parágrafo Único** - Não onerarão o limite previsto no inciso III os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativa a Pessoal, Inativos e Pensionistas, Dívida Pública, débitos constantes de Precatórios Judiciais e Despesas à conta de Recursos Vinculados.

**Art. 6º** - Ficam convalidados na Lei nº 2.232/2005 – PPA 2006/2009 de 22/06/2005 e na lei nº 2.425/2008 – LDO 2009 de 05/06/2008, os valores das ações ora contemplados na presente Lei.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2009, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 03 de dezembro de 2008.

**ANTONIO ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**

Secretário designado